



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

**DO FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ÀS NOVAS INFORMALIDADES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
INFANTO-JUVENIL EM LUANDA (ANGOLA)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

**DO FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ÀS NOVAS INFORMALIDADES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
INFANTO-JUVENIL EM LUANDA (ANGOLA)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

**DO FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ÀS NOVAS INFORMALIDADES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
INFANTO-JUVENIL EM LUANDA (ANGOLA)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 09/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Alves Junior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	TEMA E JUSTIFICATIVA	7
3	HIPÓTESES	8
4	OBJETIVOS	8
4.1	OBJETIVO GERAL	8
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
5.1	INFLUÊNCIAS (NEO) LIBERAIS, DESEMPREGO E AUMENTO DE ATIVIDADES ATÍPICAS	11
5.2	A CARACTERÍSTICA DA FORÇA DE TRABALHO INFANTOJUVENIL DO MERCADO INFORMAL ANGOLANO	15
6	METODOLOGIA	17
7	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedica a estudar a exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes em Angola. Intitulada *Do fenômeno da desindustrialização às novas informalidades: um estudo de caso sobre a exploração da força de trabalho infantojuvenil em Luanda (Angola)*, traz à tona as transformações e os constrangimentos do mundo do trabalho contemporâneo. Neste sentido, a *exploração da força de trabalho infantojuvenil* em Angola, especialmente tratando-se da urbe luandense, caracterizada como uma cidade *cluster* econômico do país, testemunha as vicissitudes volumosas do trabalho típico e atípico, formal e informal, e é semelhante, de certa forma, às chamadas “cidades globais” que concentram as aglomerações de pessoas, bens e serviços.

Segundo Saskia Sassen (2001), as cidades globais jogam um papel importante no sistema econômico global por acompanhar o ritmo intenso das transações entre si, sobretudo através dos mercados de investimentos e dos fluxos de serviços. Observando numa outra dimensão, a cidade de Luanda não é exceção à característica de cidades semiperiféricas atravessadas pelo desemprego e que também recebem as influências diretas das tradições e padrões de consumo ocidentais e, portanto, um cenário complexo que expressa toda a morfologia da desigualdade social do país. Nas últimas décadas, a cidade exprime as diversas manifestações das formas de trabalho.

Nessa dinâmica socioespacial, a cidade de Luanda é constituída de nichos e *subnichos* de mercados, comumente evidenciados nos países “em desenvolvimento”. Entendemos como nicho uma parte específica do mercado informal de jovens *free-lancers* que atuam em contratos informais e, como *subnichos*, uma parte menor e essencialmente imbricada às atividades obscuras e ilícitas, aqui tratando-se de atividades criminosas, que envolvem a exploração de menores, aliciamentos, coerção física e/ou sociológica, moral, geralmente não legitimada pela sociedade e pelo Estado. É nesse segundo nicho de mercado que está inscrito o nosso sujeito de estudo: crianças e adolescentes explorados no mercado informal.

Em Angola, as atividades pertencentes ao setor primário, que são a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal, animal e mineral, eram responsáveis e geradores de empregos e se estendiam a outros segmentos da sociedade, tais como agronegócio e economia de subsistência, dentre outros. Ademais, o setor secundário, que são as indústrias, embora centralizado, era o que absorvia a força de trabalho e estabilidade do trabalhador. Todavia, a partir da década de 1990 esses setores acima mencionados se esmiuçaram, num efeito cascata.

É importante destacar que Angola foi colônia portuguesa e que nas duas primeiras décadas após ter conquistado sua independência, em 1975, tinha uma economia centralmente planejada (na figura do Estado), deixando de sê-lo de forma concreta no início dos anos 1990, quando aderiu à economia de mercado, fortemente influenciada pelas propostas das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, baseadas em dez (10) medidas estabelecidas no Consenso de Washington¹.

Nessa conjuntura, segundo Lopes (2014), a responsabilidade produtiva passava para o capital privado nacional e internacional. Com entusiasmo, esperava-se no país um crescimento econômico durante as últimas duas décadas, que refletisse diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, o que, de acordo com o atual quadro socioeconômico, não se concretizou. Pelo contrário, diante dessa “nova realidade” Angola vem registrando taxas de desemprego sem precedentes, ocasionando, assim, um crescimento desenfreado da migração forçada de famílias que viviam nas zonas rurais para as zonas urbanas das cidades e aos subúrbios, provocando o aumento acentuado da pobreza e de condições laborais precárias e informais de jovens, crianças e adolescentes.

Diversos estudos (Floriano, 2004; Lopes, 2020) atribuem o fenômeno da desindustrialização ao programa de ajustamento estrutural (PAE) e, ao que nos consta, não constituem realidades isoladas as desconfigurações das indústrias e/ou empresas estatais ocorridas em diversos países africanos e em países emergentes. Em razão disso, a nossa abordagem sobre a economia política internacional é importante para contextualizar a realidade angolana no período pós-independência, mais propriamente, no período em que o país submeteu-se ao ajustamento estrutural que causou os referidos impactos no tecido social, em especial a chamada nova informalidade (que inclui a exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes nos espaços urbanos).

Vaz (2018, 2018.b; 2011) afirma que em muitos países africanos tornou-se evidente a forma como as inúmeras atividades não tipicamente capitalistas incorporaram socialmente nos centros urbanos, entrelaçando-se com atividades domésticas, familiares e serviços formais, como estratégias ao desemprego formal. Com efeito, tornou-se muito notório, nos espaços urbanos e “*peri urbanos*”, a participação de crianças (de estrato social inferior) aliciadas

¹ O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual.

atuando em atividades comerciais. Na prática, elas são vítimas diretas do desemprego estrutural provocado pelo ajustamento estrutural que atingiu as gerações anteriores.

Por isso, analisar o processo histórico-econômico de Angola, com recorte temporal no período pós-independência (1975), é uma tarefa bastante significativa por dois motivos: primeiro, pelo conjunto de instabilidades econômicas e políticas herdadas do contexto colonial e, segundo, pela tamanha complexidade das influências externas que desnorream as estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Um país que durante as guerras coloniais, nas fases iniciais da independência, alinou-se a uma ideologia marxista-leninista, ancorada no modelo econômico centralizado/planificado adotado pelo governo angolano.

As primeiras décadas pós-independência foram marcadas por diversos desafios, conflitos internos, hecatombe socioeconômica e, fundamentalmente, as instabilidades militares decorrentes dos conflitos armados que assolaram o país durante um período de aproximadamente três décadas, obrigando Angola a projetar suas relações econômicas com países com incompatibilidades ideológicas e com instituições ocidentais destacadamente defensoras do (neo)liberalismo econômico.

2 TEMA E JUSTIFICATIVA

O que me motivou a estudar a temática da exploração da força de trabalho infantojuvenil no mercado informal angolano é o fato de eu ter nascido e crescido num cotidiano marcado pelo desemprego, no qual a zunga² e, principalmente, a maneira como a banalização da exploração do trabalho infantojuvenil e a persistência de modalidades informais vêm se concretizando cada vez mais na sociedade angolana. Essas crianças comercializam artigos eletrônicos, alimentos e/ou outros produtos nos entornos das principais avenidas, perambulando de farol em farol, muitas vezes em horário escolar, o que leva-nos a deduzir que essa exploração os impossibilita de frequentar as aulas. Tal situação soma-se aos casos de evasão escolar de crianças que, em idade de iniciar os estudos e/ou que teoricamente deveriam estar em salas de aula, face aos condicionantes decorrentes de fatores sociais disputam a sobrevivência nos encaixes da informalidade.

² É uma expressão proveniente do verbo “kuzunga” na língua kimbundu, que quer dizer andar de um lado para outro ou, simplesmente, o ato da venda ambulante, como é usada a expressão em Angola, sendo zungueiro/a aquele que faz a zunga.

Tornou-se comum nas principais avenidas luandenses a permanência de crianças na faixa etária de 5 (cinco) a 14 (quatorze) anos, “desemparradas”, que seguem uma rotina diária de perambular entre os carros parados nos faróis e nas avenidas da cidade. Esses meninos, em idade de iniciar os estudos, se submetem a atividades consideradas ilegais e informais como alternativas à sobrevivência, devido a questões estruturais e conjunturais decorrentes da política econômica do país, tais como desemprego e/ou conflitos militares de várias naturezas.

Problema como Pergunta de Partida: É possível afirmar que a desindustrialização decorrente da política de ajustamento estrutural, que preconiza a redução dos servidores públicos, provocou, em Angola, o desemprego estrutural e o consequente aumento exponencial de trabalhos informais, dentre os quais a exploração da força de trabalho de criança e adolescentes?

3 HIPÓTESES

Dada uma série de reformas econômicas “impostas” a Angola pelos organismos internacionais, como, por exemplo, o fundo monetário das Nações Unidas (FMI), partimos da hipótese de que a liberalização do mercado econômico angolano, sem a participação do Estado na proteção/criação de indústrias nascentes, constituiu fator que contribuiu para o elevado índice de desemprego, em parte decorrente do êxodo rural, e para o aumento das chamadas novas informalidades, essencialmente o aumento exponencial de exploração da força de trabalho infantojuvenil na sociedade angolana.

4 OS OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores e desafios socioeconômicos determinantes do governo angolano ante o caráter específico da exploração da força do trabalho infantojuvenil no mercado informal face às influências estruturais externas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o papel do Estado na proteção da indústria nascente para organização dos mercados formal/informal;
- Examinar porque o Estado angolano desprotegeu as indústrias estatais, reduziu o número de servidores públicos e deixou de investir no setor primário e secundário;
- Identificar o perfil do grupo de menores na exploração da força de trabalho infantojuvenil;
- Avaliar quais os desafios do governo angolano no controle de caráter específico da exploração da força de trabalho infantojuvenil face as influências estruturais econômicas externas.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A economia de mercado livre a nível global estampou uma clara (des)configuração das economias, tanto nos países denominados avançados como nas economias “em desenvolvimento”, nas quais foram implementadas as medidas do PAE (Programa de Ajustamento Estrutural). Dentre as medidas existentes, as que mais contribuíram para o aumento do desemprego e o surgimento da nova informalidade foram: redução do funcionalismo público e liberalização do mercado. Na medida em que o Estado, para responder às medidas rígidas das instituições internacionais, jogou sua população à própria sorte, o que ocorreu em muitos dos países em desenvolvimento e, especialmente, em muitas nações da África subsaariana, o trabalho informal se constituiu como um fenômeno atemporal, coexistindo, como tem sido observado em áreas urbanas do continente, em especial na cidade de Luanda, com as atividades familiares, arcaicas, somadas às atividades (in)formais e modernas.

Apesar dos estudos relacionados às transformações do setor de emprego terem crescido bastante, ainda são escassos aqueles referentes às participações infantojuvenis no mercado informal, apesar de Angola ter registrado, segundo o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF, 2015), no âmbito político e legal, avanços significativos na criação de

leis³ que salvaguardam os direitos fundamentais da criança. Contudo, são ainda poucos os embasamentos teóricos no país; e assumimos o desafio de explorar este objeto.

Em razão da “insuficiência” de dados precisos sobre a participação de menores no mercado informal, a nossa pesquisa traz uma abordagem restringida ao debate teórico acerca da configuração do caráter exploratório infantojuvenil no mercado informal. Mas, para se ter uma mínima noção da complexidade e relevância desta pesquisa, o estudo UNICEF-Angola (2015), acima mencionado, aponta que 62% da população angolana em 2015 eram menores de idade e, desse “universo”, 20% estavam fora do sistema de ensino⁴, considerando-se a existência de um número de menores que, mesmo estando incluídos no sistema de ensino, estão, também, no mercado informal.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho infantil como toda aquela atividade, remunerada ou não, “que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental” (OIT, 2021, s/p). No mesmo estudo, a OIT classifica trabalho infantil como toda atividade, remunerada ou não, praticada por menores em idades não admitidas no setor formal de cada país. São considerados trabalhos perigosos as atividades proibidas aos menores de 18 anos, e é exatamente nessa faixa etária que estamos usando a categoria *infantojuvenil* para analisar o caráter do trabalho perigoso e criminoso da exploração dessa força de trabalho.

Apesar de o trabalho infantil ter assumido, ao longo dos anos, um caráter social, ou, como diria Durkheim, um fato social⁵, com a rápida expansão da configuração dos mercados esse fato social tem assumido características patológicas. Por essa razão, as ratificações para o combate às práticas discriminatórias de todas as formas de trabalho infantil vêm ganhando maiores proporções, pois sabe-se que para que os discursos de combate à pobreza sejam coerentes e plausíveis, a eliminação de toda forma de exploração do trabalho infantil é fundamental.

O trabalho infantil é, em muitos casos, causa e efeito da pobreza. A desigualdade social e a pobreza fazem com que os filhos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham reduzidas oportunidades e desenvolvimento na infância e adolescência. Ao atingirem a vida adulta, tornam-se, majoritariamente,

³ Lei 25/12, sobre o desenvolvimento integral da criança, o país também adotou juridicamente os 11 compromissos com a criança de Angola, resultante da adesão à convenção sobre os direitos da criança assinada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1989.

⁴ Fonte: UNICEF-Angola, ver em: <https://www.unicef.org/angola/criancas-em-angola>

⁵ Para Durkheim (1987), para que um acontecimento se considere fato social, precisa basear-se em três características principais: Gerais, é necessário que não sejam exclusivas de uma pequena região, reconhecimento de todos, exteriores aos indivíduos, que não dependem do indivíduo, ou seja, existem antes dos indivíduos, e coercitivas, no sentido do caráter de uma força punitiva, nesse, as leis que proíbem esse tipo de atividade.

trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação, sujeitos a menores salários e vulneráveis a empregos em condições degradantes, perpetuando um círculo vicioso de pobreza, frisou Hahn. (OIT, 2021, p.2)

O trabalho infantil é uma realidade na sociedade angolana, e de acordo com a observação sobre o cotidiano das crianças e de suas famílias em situações de extrema vulnerabilidade social que dependem dessa “divisão sociofamiliar de tarefas”, presume-se que há um longo desafio para erradicar esse fenômeno, devido a própria tolerância da parte do Estado, incapaz de criar mecanismos geradores de empregos para absorver a força de trabalho da “superpopulação” desempregada.

Isso revela que o desemprego, a superpopulação e a informalidade são funcionais e, portanto, inerente à lógica do capitalismo. Nessa relação, a sociedade angolana não foge à regra na dinâmica global. Por isso seria incongruente se não propuséssemos fazer uma análise global de políticas econômicas que vêm (com)pactuando e alterando o rumo dos países, sejam os desenvolvidos ou os ditos em desenvolvimento.

5.1 INFLUÊNCIAS (NEO) LIBERAIS, DESEMPREGO E AUMENTO DE ATIVIDADES ATÍPICAS

Estamos acompanhando um grave processo de esfacelamento dos servidores públicos, e de inserção, no lugar de empresas estatais angolanas, de empresas privadas que, em grande parcela, são empresas transnacionais. E a força de trabalho temporâneo, flexível, instável, tornou-se uma realidade. Essa realidade tem assumido caracteres específicos e heterogêneos, pois, ao longo dos tempos, olhando para países ditos em desenvolvimento - os quais, na grande maioria, servem de base primordial para o sustento da produção capitalista, fornecendo matérias-primas e importando produtos manufaturados -, as pessoas, como afirma Vaz (20018); (2018.b), são acionadas a ocuparem função de espalhadores de mercadorias, atuando como ambulantes. É fácil notar a transmutação da categoria de trabalho, a exploração da força de trabalho no mercado (formal e informal) dá-se de várias maneiras e (re)adapta-se dadas as diferentes circunstâncias, pensando no argumento de Antunes e Alves (2004) quando afirmam que:

Nossa tese central é a de que, se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante. Vamos, portanto, procurar compreendê-la, em sua conformação atual (p. 336).

O setor informal e as suas múltiplas vertentes exploratórias do setor terciário refletem uma série de transformações político-conjunturais e estruturais, tanto nas esferas nacionais como, principalmente, globais. Apesar dessas questões serem resultantes de vários fatores, como veremos mais adiante, o fato de o setor informal estar assumindo caracteres específicos, nos últimos anos, como mencionamos, reflete nas configurações que atentam não só com a existência dos Estados fracos, mas, principalmente, com a dignidade do trabalho nas sociedades.

Ziegler (2013) mostra-nos a existência de uma “tradição” governamental ocidental de descaso quando se trata da fome. Para os governantes ocidentais a fome não é fruto de transformações sociais, a fome constitui a natureza da existência humana, ou seja, o pressuposto divino da fome fez com que, segundo Ziegler, os princípios malthusianos se disseminassem na Europa e, com isso, a visão da fome como ferramenta necessária para a salvação da humanidade. Para ser mais explícito, salvação da burguesia.

Ziegler (2013) faz um esforço para mostrar que as aparentes impossibilidades de ultrapassarem os maiores desafios da humanidade, como as desigualdades sociais, a fome etc., não passam de resistências das instituições financeiras internacionais – *establishment*, detentoras do monopólio econômico e ideológico, defensoras do (neo)liberalismo econômico, desinteressadas em solucionar os problemas concretos que provocam as fatalidades:

O FMI e a OMC foram, desde sempre, os inimigos mais determinados dos direitos econômicos, sociais e culturais-notadamente no direito à alimentação. Os 2.000 funcionários e 750 burocratas da OMC se horrorizam com qualquer iniciativa normativa sobre o livre jogo do mercado- como já tive a oportunidade de dizer. Fundamentalmente, sua política é a mesma desde a sua fundação, ainda que, Dominique Strauss-Kahn, diretor de 2007 até a sua demissão, em maio de 2011, tenha aberto um espaço maior aos países emergentes na governança do FMI e tenha se esforçado para uma política mais favorável aos países pobres... de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, condenados à falência (ZIEGLER, 2013, p. 132).

Lopes (2011) e Naim (2006) problematizam o papel da famosa “receita” econômica universal para o desenvolvimento dos Estados elaborada pelo Consenso de Washington em 1989. Essas problematizações questionam, primeiramente, o papel universal desse consenso e o porquê dos seus insucessos após três décadas das últimas transformações políticas no mundo, com a queda do muro de Berlim, no final dos anos 80.

Naim (2006) reforça a ideia de que existe uma contínua linha de contradição nas dez (10) recomendações do Consenso de Washington, incompatíveis com a realidade dos diferentes contextos a que foram aplicadas e, até mesmo, em curto período de tempo, a imprevisibilidade do Consenso por economistas liberais americanos. Para Naim (2006), a

extinção do bloco dos países socialistas, com a queda do muro de Berlim, imprimiu novas atribuições e (re)organização político-econômica nesses países.

De certa maneira, o Consenso de Washington tornou-se um substituto temporário e inapropriado para as estruturas ideológicas globalizantes, das quais milhões de pessoas vieram a depender para formar suas opiniões sobre assuntos nacionais e estrangeiros, julgar políticas públicas e até mesmo para dirigir, em alguns aspectos, seus cotidianos. [...] Como se todos estes fatores não bastassem, o fato que realmente tornou o produto irresistível foi o FMI e o Banco Mundial decidirem condicionar o acesso a seus empréstimos à adoção de reformas políticas inspiradas no Consenso (NAIM, 2006, p.2).

Vale lembrar que a sob elevação dos discursos da economia neoclássica que resultaram na sistematização da “receita” econômica universal, ou seja, no Consenso de Washington, na visão de Lopes (2011) se configura(ra)m de maneira exclusiva, nas últimas três décadas, como vimos acima, tanto pela queda do muro de Berlim como pela grande crise econômica responsável pela desestabilização de potências econômicas.

Pelo fato de o Consenso de Washington, na visão de Lopes (2011), não levar em consideração as imperfeições do mercado e a importância da criação de instituições fortes no processo de implementação do reajuste estrutural, distanciaram-se do critério cientificista, ganhando, assim, características mais próximas de ideologias, ou seja, “A ciência transforma-se em ideologia quando as ferramentas teóricas projetadas para ajudar a compreender a realidade são usadas sem considerar as suas limitações” (LOPES, 2011, p.9).

O consenso, ou a confusão⁶, de Washington reflete uma longa linha de pensamento liberal ocidental. O professor Chang (2004) reuniu uma série de elementos históricos que chocam com essa visão “tradicional” do capitalismo, na qual as nações ditas poderosas, ou ocidentais, pelo seu elevado “bom senso/preocupação”, sugerem ao sul a importância da pouca participação do Estado na regulamentação do mercado ou mesmo no fomento às indústrias nascentes.

Tais medidas, além de não trazerem reflexos reais aos países em desenvolvimento para proteção das indústrias nascentes, não foram, igualmente, adotadas por eles (os países desenvolvidos) para o fomento/proteção de suas indústrias.

Grande parte da exposição se opõe frontalmente ao que ao que a maioria de nós sabe (ou julga saber) da história econômica desses países [...] List argumenta que a Grã-Bretanha foi, sem dúvidas, o primeiro país a aperfeiçoar a arte de promover a

⁶ Como relaciona o autor Lopes (2011).

indústria nascente, arte essa que, ao se ver, é o princípio em que se escoram a maior parte dos países que lograram prosperar (CHANG, 2004, p.15).

Ou seja, para as nações desenvolvidas, a presença do Estado na proteção das indústrias nascentes faz parte de seus processos históricos, como a própria acumulação de capital, que os permitiu galvanizarem-se, até os famosos discursos de livre comércio, tendo, com eles, uma indústria bem mais potente. O que aconteceu com a Grã-Bretanha na proteção da indústria nascente, no século XIX, aconteceu também nos Estados Unidos. Os discursos sobre o livre comércio nos EUA se solidificaram somente depois da segunda guerra mundial (CHANG, 2004).

No entanto, a tese dos países “desenvolvidos” sobre o livre comércio, e, até mesmo, a sistematização do Consenso de Washington, parte de perspectivas desiguais quando analisada toda uma série de acontecimentos históricos, elencados aqui, dessas superpotências. Em resposta à contradição desse pensamento clássico da economia liberal ocidental, a escola histórica alemã (EHA) desenvolveu teorias que conduziram à revolução industrial alemã, embora tardia em comparação às duas revoluções inglesas, pois, pensavam eles que:

Em razão da existência de desigualdade entre as nações, que o livre comércio não seria a melhor política para todos os países. Apenas com um sistema protecionista seria possível reduzir tais diferenças, nivelando o desenvolvimento de todas as nações e possibilitando a união com outras nações desenvolvidas para a prática do livre comércio” (IZEPÃO et al., 2019, p.45).

Nessa mesma linha de pensamento, os autores Lopes (2011) e Naim (2006) reforçam toda uma visão sobre o cuidado que os países em desenvolvimento precisam ter quando das implementações de modelos econômicos “fechados/concluídos”, ou seja, modelos econômicos que não levam em conta as suas especificidades político-administrativas. Como reforça Naim (2006, p.9), “Desde tempos imemoriais, instituições ineficientes estão na raiz da incapacidade da maioria dos países em desenvolvimento de alcançarem padrões de vida mais elevados”. Com isso, as instituições jogam um papel importante nos países em desenvolvimento. Quando elas são incapazes ou ineficientes, a implementação de qualquer modelo econômico alheio às suas subjetividades simplesmente não dialoga.

5.2 A CARACTERÍSTICA DA FORÇA DE TRABALHO INFANTOJUVENIL DO MERCADO INFORMAL ANGOLANO

O continente africano tem a população mais jovem do mundo, e Angola é um dos países, no continente, com população jovem em maior número. A taxa de natalidade neste país é a que mais cresce, resultando em um terço de sua população ser jovem. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola conta com uma população (homens e mulheres) de 31 milhões de habitantes; destes, 17 milhões são menores de 18 anos (INE, 2020).

Apesar de escassos estudos relativos ao quadro social das crianças no país, verificou-se grandes avanços desde domínios sociais - como, por exemplo, a redução da taxa de mortalidade infantil -, até aos políticos, com implementações de leis e projetos que salvaguardam os direitos fundamentais dos menores. Por exemplo, a criação dos 11 compromissos⁷ com a criança de Angola reforça o cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança, do amplo tratado internacional das Nações Unidas, assinada em 1989 (UNICEF Angola, 2015).

Portanto, como descrito acima, tratando-se de casos de exploração de crianças há elementos que devem ser levados em consideração. Primeiro, por tratar-se de uma atividade criminosa e, segundo, pelo fato de a modalidade de trabalho se assemelhar à atividade doméstica, manual, por isso, geralmente, a destreza do aliciador dificulta o caráter da exploração do trabalho infantil. E essa é uma das características das novas morfologias do trabalho contemporâneo. Antunes e Alves (2004, citados por Araújo (s/d), afirmam que:

[...] uma tendência dessa nova morfologia nas mais diversas partes do mundo, tem se evidenciado na utilização da “inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas.” Uma outra tendência apontada por estes autores diz respeito à expansão do trabalho em domicílio, por meio da expansão de pequenas e médias unidades produtivas, nas quais o trabalho infantil em geral é empregado, e até mesmo permitido. (ANTUNES & ALVES, 2004, apud ARAUJO, s/d).

⁷ Compromisso n.º 1 – **Esperança de Vida ao Nascer**; Compromisso n.º 2 – **Segurança Alimentar e Nutricional**; Compromisso n.º 3 – **Registo de Nascimento**; Compromisso n.º 4 – **Educação da Primeira Infância**; Compromisso n.º 5 – **Educação Primária e Formação Profissional**; Compromisso n.º 6 – **Justiça Juvenil**; Compromisso n.º 7 – **Prevenção, Tratamento, Apoio e Redução do Impacto do VIH/SIDA nas Famílias e Crianças**; Compromisso n.º 8 – **Prevenção e Combate à Violência Contra a Criança**; Compromisso n.º 9 – **Proteção Social e Competências Familiares**; Compromisso n.º 10 – **A Criança e a Comunicação Social, a Cultura e o Desporto**; Compromisso n.º 11 – **A Criança no Plano Nacional e no Orçamento**.

Em Angola, a abertura comercial potencializou novas modalidades de trabalho e a proliferação do comércio informal, que vai desde as chamadas Zungueiras a, mais recentemente, atividades que envolvem crianças e adolescentes, banalizando e permitindo o emprego de trabalhadores “sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto”. No caso angolano, por exemplo, constata-se que a banalização da exploração da força de trabalho infantojuvenil tem se intensificado.

[...] depois de 2002, com o advento da paz⁸ e com a adoção de políticas de estabilização macroeconómica, em particular no sector cambial e no sector interno [...] verificou-se uma significativa retração de alguns segmentos da economia informal (cambistas, operadores de mercado. (LOPES, 2014, p.3).

Ou seja, os centros urbanos das ditas economias periféricas do capitalismo também seguem a lógica das mutações do mundo do trabalho. Nesses espaços tornam-se cada vez mais evidentes a proliferação do trabalho infantojuvenil, imbricado a atividades domésticas, ilegais, ilícitas e informais, entrelaçadas, na maioria das vezes, a atividades criminosas (Naím, 2006), o que significa dizer que a exploração da força de trabalho infantojuvenil não se esgota no espaço rural. Pelo contrário, o número de jovens e de menores de idade presentes nos centros urbanos angolanos tem crescido exponencialmente desde a abertura comercial (liberalismo econômico), em nichos de atividades atípicas, heterogêneas e multifacetadas, assumindo e ressignificando as relações de trabalho em modalidades que vão desde a lavagem de para-brisas e venda de equipamentos eletrônicos a entregadores ao comércio ambulante.

São atividades criminosamente camufladas e associadas às atividades familiares e domésticas por envolverem membros da família. Em outros casos, isto é, quando não há membros da família envolvidos na exploração, são os exploradores que acionam as crianças para atuarem como *free-lancers* em acordos informais. Para Moisés Naim (2006), esse tipo de negócio pode envolver diversos atores da sociedade em processos de contrabando, desde empresários e governantes até os pequenos comerciantes, sendo que estes últimos têm sido constantemente aliciados. Uma prática comumente tolerada por parte do Estado, incapaz de criar condições mínimas de emprego e de tirar as pessoas da condição de vulnerabilidade social.

A inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho tem sido o objeto de estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por outro lado, o governo

⁸ Depois da independência, em 1975, o país mergulhou num conflito armado que durou 27 anos, chegando à paz efetiva somente em 2002.

angolano, como estabelecido no V Fórum Nacional sobre a Criança, organizado pelo Conselho Nacional da Criança, condena, no seu oitavo compromisso, todas as formas de violência às crianças, sejam elas de tráfico, psicológicas, instrumentalização, abusos sexuais, trabalho infantil etc. (V Fórum Nacional Sobre A Criança, 2011, p.11).

Antunes e Alves (2004, p.339) salientam ainda que o caráter da “nova” adesão às classes trabalhadoras está mais próximo da cultura toyotista, com uma série de funcionários dotados de “multifuncionalidades”, do que da cultura fordista, na qual se tinha como requisito trabalhadores especializados. Com essas premissas crescem, paralelamente, segundo os autores acima citados, a exclusão de idosos e de jovens recém-formados, assim como o caráter exploratório e criminoso da força de trabalho infantojuvenil.

6 METODOLOGIA

Devido à escassez de documentos ou pesquisas relacionadas à temática, notamos que poucas - ou nenhuma - tratam sobre as consequências da desindustrialização e a exploração da força de trabalho infantojuvenil no mercado informal angolano. Percebemos que diversos estudos abordam com mais propriedade o comércio informal de maneira geral, a exemplo de zungueiras, motoristas de vans particulares etc., sem estabelecerem relação de causa e efeito entre a primeira e a segunda. Apesar da “dificuldade” em encontrar material teórico acerca do tema, acreditamos que a metodologia da pesquisa qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico, pode nos ajudar a compreender os sujeitos da pesquisa.

Concordamos com Gil (1994) que esse tipo de pesquisa, com levantamento bibliográfico, é o mais “apropriado” para o modelo de trabalho que contém todo um leque de fenômenos abrangentes, possibilitando que o pesquisador não tenha, necessariamente, que coletar todos os dados “dispersos”. Nesse caso, a abordagem qualitativa solicita do pesquisador o refinamento do olhar, investigando e pesquisando seu objeto com a ideia de que nada é comum ou trivial e que tudo, inclusive o silêncio, pode constituir-se pista para principiar uma elucidação da realidade estudada (BOGDAN E BIKLEN, 1994).

Ademais, *olhar, ouvir, escrever* são elementos, são ferramentas muito importantes que, além de revelar a proximidade do pesquisador com o seu tema, pode contribuir para o levantamento bibliográfico, desvendando “o senso comum” naturalizado na sociedade. (OLIVEIRA, 1996).

Portanto, como mencionado acima, apesar da carência de dados teóricos para a realidade angolana, pretende-se alcançar os objetivos analisando, num primeiro momento, todo um processo histórico de transformações e adaptações econômicas naquele país no período pós-independência. Pretende-se, também, analisar as iniciativas do governo angolano, por meio das normas governamentais, instituições competentes, organizações não governamentais e alguns avanços de leis de domínios internacionais que condenam práticas discriminatórias sobre todo tipo de exploração infantojuvenil, diante das constantes transmutações do mercado financeiro internacional.

7 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	.Jan	.Fev	Mar	Abr/ 2020.1	Mai	Jun	Jul	Ago
Pesquisa do tema	X	X						
Pesquisa bibliográfica		X	X					
Coleta de dados			X					
Apresentação de discussão dos dados		X						
Elaboração do trabalho	X	X						
Entrega do trabalho			x					
Defesa				x				

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

Angola 11 compromissos com a criança. V fórum nacional sobre a criança, junho de 2011, disponível em:

<[https://www.unicef.org/angola/media/976/file/11%20Compromissos%20com%20a%20Crian%20de%20Angola%20\(2011\).pdf](https://www.unicef.org/angola/media/976/file/11%20Compromissos%20com%20a%20Crian%20de%20Angola%20(2011).pdf)>. Acessado aos: 14 de janeiro de 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, v. 25, nº 87. Campinas: 2004. p.335- 351. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARAUJO, Claudio Marcelo. Trabalho infantil na contemporaneidade: considerações críticas. GT 6 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7116_De%20Araujo_Claudio.pdf>. Acesso em: 10 de Jan do 2021.

As crianças em Angola. UNICEF Angola, 2015. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/criancas-em-angola>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

DANIEL, Elisa B. **Políticas de Protecção de Menores em Angola: a Influência Cultural na Concepção e Intervenção no Trabalho Infantil Exploratório.** Tese (mestrado em psicologia) Instituto Universitário de Lisboa-IUL. Lisboa, 2012.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987 (Texto originalmente publicado em 1895).

ENERSTO, A. & CAPILO, G. A Economia Informal em Angola: **“Caracterização do Trabalho Informal”** OSISA, disponível em: acessado aos: 23 de dezembro de 2020

FLORIANO, Aurélio Porfírio, **A Desindustrialização da África Subariana: As Implicações Práticas de um Debate Teórico,** Tese de mestrado, ISEG, Abril de 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social,** São Paulo, Atlas, 1994.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático** / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna : Via Litterarum, 2010.

LAUTIER, Bruno. L'économie informelle dans Le tiers monde. 2ª E.d. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

LOPES, Carlos M. *A Economia Informal em Angola: Breve panorâmica*. Revista Angolana de Sociologia, p.61-75, 2014.

LOPES, Carlos. *África em transformação: Desenvolvimento Econômico na era da Dívida*. Lisboa. Edições Tinta china. 1.edição, Março.2020.

LOPES, Carlos M. *Processos de organização na economia informal: revisitação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) e Sindicato dos Trabalhadores dos Mercados, Feiras e Informal (STMFI)*, em Luanda. *Revista Angolana de Sociologia*, 14 | 2014, 133-150.

MAUS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, 536 p.

Mercados, Feiras e Informal (STMFI), em Luanda. Revista Angolana de Sociologia, p.133-150, 2014.

NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Trad. José Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996 , v. 39 nº 1. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>>. Acessado em 11. 02. 2021.

OIT- *O que é o trabalho infantil*, 2021. Disponível em: [O que é trabalho infantil \(ilo.org\)](http://ilo.org). Acesso em: 15 de fev. de 2021

OIT- Transição da economia informal para a economia formal. - Bureau Internacional do Trabalho – Genebra. Relatório V (1) Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão, 2014.

População Projetada Grupos Etários Segundo A Área De Residência E Sexo. INE, 2020. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/images/Projeccao_Populacao_2020.pdf>. Acessado em: 14 de janeiro de 2021.

POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* /tradução de Ana Cristina Nasser. 4 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção sociológica).

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2016.

VAZ, Paulo Gomes. *As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

_____ *Circuito de mercadorias e identidades Africanas em Movimento*: Reprodução social das Mulheres Angolanas e Guineenses no Comércio Retalhista África-Brasil-China e Sudeste Asiático. Cadernos de África Contemporânea. Vol.1, Nº. 2, Ano 2018, p.106-133.b

_____ Trabalho manual africano nos labirintos da globalização: o caso dos africanos em São Paulo. Unicamp. Dissertação de Mestrado. Campinas, sp: [s.n], 2011.

ZIEGLER, Jean. Destruição em Massa – Geopolítica da Fome. São Paulo: Cortez Editora, 2013.